



CÓD: OP-065DZ-23
7908403546305

SEMED CAMPO GRANDE
UNIVERSIDADE SEMED CAMPO GRANDE -
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE
DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Professor de Ensino Fundamental

EDITAL N°01/2023

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto.	5
2. Tipologia e gêneros textuais.	5
3. A língua e suas modalidades.	6
4. Discurso direto, indireto, indireto livre.	6
5. Intertextualidade.	8
6. Coesão e coerência textuais.	9
7. Funções da Linguagem: Fática, Conativa (ou apelativa), Poética, Referencial (informativa ou cognitiva), Emotiva (ou expressiva), Metalinguística.	10
8. Acentuação gráfica.	10
9. Emprego do sinal indicativo de crase.	11
10. Ortografia.	12
11. Classes de palavras.	12
12. Período composto: coordenação, subordinação e orações reduzidas.	20
13. Pontuação.	24
14. Significação das palavras: homonímia e paronímia.	27
15. Concordância nominal, concordância verbal.	28
16. regência verbal e regência nominal.	30
17. Uso de “há” (verbo) e “a” (preposição). Uso de onde e aonde. Uso dos porquês.	31

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Noções de lógica.	37
2. Estruturas lógicas e diagramas lógicos.	41
3. Valores lógicos das proposições. Conectivos. Tabelas-verdade.	44
4. Lógica de argumentação.	45
5. Sequências e séries.	49
6. Correlação de elementos.	50
7. Raciocínio analítico.	54

Legislação Básica da Educação

1. Lei n. 12.796/2013 (Formação dos profissionais da educação).....	57
2. Lei n. 13.632/2018 (Educação e aprendizagem ao longo da vida).....	58
3. Lei n. 14.191/2021 (Modalidade de educação bilíngue de surdos).....	58
4. Lei n. 13.234/2015 (Identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação).....	59
5. Lei n. 13.803/2019 (Notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar).....	60
6. Lei n. 13.663/2018 (Prevenção e combate à violência e promoção da cultura de paz).....	60
7. Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).....	60
8. Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	77
9. Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental).....	115

Educação Brasileira – Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Plano Municipal de Educação	121
2. Plano Nacional de Educação	185
3. Ensino a distância	188
4. Metodologias Ativas	190
5. Ensino híbrido	192
6. Base Nacional Comum Curricular	192
7. Avaliação da aprendizagem. 8. Avaliação educacional	232
8. Educação e tecnologia	233
9. Teorias da educação	233
10. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas	235
11. Ensino e aprendizagem	236
12. Tecnologias da informação e comunicação	236
13. Fundamentos da Educação	237
14. Educação inclusiva e diversidade	242
15. Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos	250
16. Planejamento e organização do trabalho pedagógico	262
17. Programa de Inovação Educação Conectada	262
18. Educação para o trânsito	263
19. Educação Ambiental	263
20. Direitos humanos	264
21. LDB e alterações (Lei nº 9.394/96)	267
22. Referencial Curricular da Reme	284
23. Projeto Político Pedagógico	284
24. Formação inicial e continuada de professores	285
25. História da Educação Brasileira	290

Conhecimentos Específicos

Professor de Ensino Fundamental

1. Literatura Infantil	303
2. Construção do conhecimento e o desenvolvimento da criança segundo Piaget, Vygotsky e Wallon.....	304
3. Alfabetização e Letramento	313
4. letramento digital	342
5. Multiletramentos	343
6. Conhecimentos sobre Ensino Fundamental (anos iniciais).....	345
7. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	349
8. Campos conceituais da Matemática, história, geografia e ciências da natureza nos anos iniciais	350
9. Organização do trabalho pedagógico.....	358
10. Educação de Jovens e Adultos	366

A Constituição de 1934 não teve êxito, pois Getúlio Vargas o então Presidente da República tornou-se um ditador através do golpe militar e criou um novo regime o qual chamou de “Estado Novo” - (1937 a 1945), um regime totalitário no Brasil, semelhante ao fascismo italiano, também chamado de getulismo. No setor educacional o Estado Novo configura-se legalmente através de vários Decretos-Leis no período de 1942 a 1946 que ficou conhecida como Reforma Capanema (fazendo referência ao então Ministro da Educação Gustavo Capanema). Foram oito decretos que regulamentavam o Ensino Primário, o Ensino Secundário e as distintas áreas do Ensino Profissionalizante (industrial, comercial, normal e agrícola)⁸⁴.

Para os estudantes oriundos das camadas médias e altas da sociedade o caminho era: cursar o primário, depois o secundário em seus dois ciclos (ginásio e colégio) e finalmente a profissionalização no ensino superior (tendo o direito de cursar qualquer curso universitário). Para os filhos de famílias oriundas das camadas baixas o caminho era: conseguir uma vaga em escola pública (que não garantia matrícula para todos) e assim possivelmente cursar o primário (que contava com um quinto ano, preparatório ao Exame Admissão ao Ginásio - os que não eram considerados aptos neste exame não podiam cursar o ginásio), depois de entrar no ensino secundário profissionalizante também em dois ciclos (o primeiro de quatro anos e o segundo de três anos) para enfim, poder cursar o ensino superior em uma cadeira correspondente a habilitação no ensino secundário. As estudantes que fizessem o Ensino Normal, por exemplo, só poderiam frequentar o Ensino Superior em um dos cursos da “Faculdade de Filosofia”⁸⁵.

A partir dessa discriminação social quanto aos estudos, criou-se uma nova Constituição escrita por Francisco Campos. Ghiraldelelli Jr. cita que: A Constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

A Constituição de 1937 foi criada com o objetivo de favorecer o Estado, pois o mesmo tira a sua responsabilidade, uma população sem educação (educação para poucos) torna a sociedade mais suscetível a aceitar tudo que lhe é imposto, logo se entende que esta Constituição não tinha interesse que o conhecimento crítico se propagasse, mas buscava favorecer o ensino profissionalizante, naquele momento era melhor capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias.

Na época do regime militar (1964 a 1985), que estabeleceu um novo governo no Brasil, os movimentos populares que até então dominavam a sociedade reivindicando os direitos humanos, foram contidos e extintos, incluindo os educacionais. Surge um movimento de alfabetização de jovens e adultos, na tentativa de erradicar o analfabetismo, chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, esse método tinha como foco o ato de ler e escrever. O MOBRAL propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos,

visando “conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”⁸⁶.

O movimento, mantido pelo Governo Federal durante a Ditadura Militar, visava instrumentalizar o cidadão e torná-lo capaz de exercer sua cidadania. No entanto, o MOBRAL se limitou a alfabetizar de maneira funcional, não oferecendo uma formação mais abrangente. Essa metodologia assemelha-se a de Paulo Freire com codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas, porém, não utilizava o diálogo como a de Freire e não se preocupava com a formação crítica dos educandos.

A respeito do MOBRAL, Gadotti⁸⁷ cita que: O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas.

Dentro dos programas do MOBRAL, algumas das metas era que não exigiria frequência e que a avaliação seria feita em dois módulos, uma ao final do módulo e outra pelo sistema de educação. O fato de não exigir frequência possibilitava o elevado índice de evasão que se estabeleceu neste nível. A recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do MOBRAL que demandava altos recursos para se manter. Seus últimos anos foram marcados por denúncias que provocaram a criação de uma CPI, para apurar os destinos e as aplicações dos recursos financeiros e o falso índice de analfabetismo emitido por conta do programa. Foi extinto em 1985 e, por esse motivo, a educação popular autônoma ganhou força e o governo lançou o III Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto, que incentivava a conquista da liberdade, a criatividade e a cidadania, o que provocou a ascensão do ensino supletivo e os programas de caráter compensatório como a FUNDAÇÃO EDUCAR, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA, e o Programa de Avaliação Seriada - PAS.

A Constituição Federal de 1988 enuncia o direito à educação como um direito social no artigo 6º; específica a competência legislativa nos artigos 22, XXIV e 24, IX, dedica toda uma parte do título da Ordem Social para responsabilizar o Estado e a família, tratar do acesso e da qualidade, organizar o sistema educacional, vincular o financiamento e distribuir encargos e competências para os entes da federação.

Além do regramento minucioso, a grande inovação do modelo constitucional de 1988 em relação ao direito à educação decorre de seu caráter democrático, especialmente pela preocupação em prever instrumentos voltados para sua efetividade.

De acordo com o artigo 208 da Constituição de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O sentido do direito à educação na ordem constitucional de 1988 está intimamente ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como os seus objetivos, especificamente: a construção de

84 GHIRALDELLI JR., Paulo *História da Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

85 GHIRALDELLI JR., Paulo. “Entrevista: O Plano do heroísmo”. In. *Revista Educação* n.º. 129, Janeiro 2008.

86 CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação permanente e educação de adultos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch. Ministério da Educação e Cultura/Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1979

87 GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 2001

A metodologia analítica de Paulo Freire⁹² conseguiu dar, à educação, uma nova dimensão, no âmbito das experiências dos “círculos de cultura”. Ele não parte de uma atividade mecânica de memorização de letras, sílabas e famílias aprisionadas em palavras sem sentido. Parte da vida e dos saberes dos educandos, nos círculos de cultura a novidade é a presença ativa dos educandos que passam a ser donos de seu processo de alfabetização. Podemos afirmar ser a primeira vez que se pensa na aprendizagem da leitura com adultos, de dentro para fora e não de fora para dentro.

O pensamento freireano tem como base enxergar a educação como um processo que sirva de libertação, e não de domesticação do homem. Ele nos convoca a construir um novo olhar para a educação como um todo, e faz isso a partir da Educação de Jovens e Adultos. O seu método também diz respeito à necessidade de se estabelecer uma relação entre o perfil dos educadores que atuavam nas primeiras experiências feitas nos anos de 1960, e o perfil dos profissionais que hoje lecionam em classes de EJA.

As etapas do método Paulo Freire eram: etapa de investigação, em que a busca era conjunta entre professor e aluno das palavras e temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive; etapa de tematização, que era o momento da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras e, a etapa de problematização, momento em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e acrítica do mundo, para uma postura conscientizada.

Paulo Freire antes de alfabetizar procurava saber em que seus alunos trabalhavam e que tipo de vida levavam, mas seu principal objetivo não era saber a respeito da vida dos seus educandos, mas sim, descobrir quais as palavras mais conhecidas e usadas por eles no seu dia-a-dia para com isso alfabetizá-los. Ele usava as palavras que eram mais comuns entre seus alunos e com elas formavam outras, eram as palavras geradoras, pois geravam tanto outras como o conhecimento dos alunos.

Sua forma de ensino era infalível, e a prova disso é que ele conseguiu alfabetizar 300 trabalhadores em apenas 45 dias. Isso impressionou profundamente a opinião pública.

A Importância da Leitura e da Escrita nas Turmas da Educação de Jovens e Adultos

A apropriação da escrita é diferente do aprendizado de ler e escrever. Aprender a ler e a escrever significa uma tecnologia, a de decodificar e tornar a escrita própria. O indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado, alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado é o indivíduo que vive em estado de letramento, que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais da escrita⁹³.

Soares defende a complementaridade e o equilíbrio entre ambos e chama a atenção para o valor da distinção terminológica: Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de **letramento** tem ameaçado perigosamente a especificidade do

92 FREIRE, Paulo. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 39 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

93 SOARES, Magda Becker. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

processo de alfabetização, por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele.

Assim como a autora, é preciso reconhecer o mérito teórico e conceitual de ambos os termos. Analisando o movimento pendular das propostas pedagógicas (não raro transformadas em modismos banais e mal assimilados), a compreensão que hoje temos do fenômeno do letramento presta-se tanto para banir definitivamente as práticas mecânicas de ensino instrumental, como para se repensar na especificidade da alfabetização. Na ambivalência dessa revolução conceitual, encontra-se o desafio dos educadores em face do ensino da língua escrita: o alfabetizar letrando.

As práticas de letramento podem ser influenciadas pela convivência com familiares que utilizam materiais de escrita e, principalmente, pelo contexto social em que vivem as classes sociais, o emprego, a região que moram etc. Um ambiente familiar rico em eventos de letramento influencia beneficentemente o desenvolvimento da leitura e da escrita, entretanto, tais práticas não são suficientes para que o indivíduo esteja de fato inserido nessa sociedade letrada.

A intervenção do professor no processo de ensino-aprendizagem da leitura/escrita, é necessária, independentemente de ser educação regular ou educação de jovens e adultos, uma vez que é através da leitura de mundo que o educando se sociabiliza e se sente respeitado, valorizando o seu “eu”.

(...) não há homem absolutamente inculto: o homem “humaniza-se” expressando-se, dizendo o seu mundo. Paralelamente, dizemos que, numa sociedade letrada, não existe pessoa iletrada, ou seja, pode-se observar que o indivíduo analfabeto possui determinado grau de letramento por estar envolvido em práticas sociais de leitura e escrita em seu dia-a-dia. Freire expõe a educação como forma de intervenção no mundo e que isto vai muito além do conhecimento de conteúdos. O autor percebe o ler e escrever como meio de apropriação e de inserção no mundo. Em outros termos, “a alfabetização não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a palavra, criadora de cultura”⁹⁴.

Como observa Soares⁹⁵ os educadores precisam reconhecer que: Um adulto pode ser analfabeto porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que os outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado a escreva. [...] se pede a alguém que lhe leia avios ou indicações afixadas em algum lugar, esse analfabeto é, de certo modo, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais da linguagem escrita.

Assim sendo, quando o aluno de EJA chega ou retorna à escola, há que se considerar o repertório de conhecimento de mundo já adquiridos através da linguagem no decorrer de suas vidas. Entretanto, é possível que não adquiriu ou está em processo de construção acerca dos conhecimentos do sistema linguístico, dos conhecimentos da organização textual e dos conhecimentos de outros meios de abordagem.

O que se deseja é que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos e seus professores possam constituir-se como leitores e **produtores de textos**. Professores e alunos leitores capazes de pro-

94 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

95 SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

O educador precisa saber aproveitar e trabalhar com o concreto, ou seja, com o conhecimento que o aluno já adquiriu e tentar atualizar esses conhecimentos de acordo com a nossa realidade do dia-a-dia, e de acordo com o que a sociedade exige desses educandos. “A importância do papel do educador, o mérito da paz com certeza de que faz de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos mas também ensinar a pensar certo”.

A verdadeira função do professor é auxiliar o aluno a pensar e a ser crítico e não torná-lo uma máquina, o professor tem que ensinar o aluno a lutar pelo que deseja, pelo que acha certo, ou seja, o aluno tem que saber o que ele quer e que caminhos quer percorrer. “Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor”⁹⁹.

O professor que transmite ao seu aluno respeito, auto confiança, com certeza esse aluno será um ser humano esplêndido, crítico e sempre lutará pelos seus objetivos, mas quando o professor é rude, não se importa com o que o aluno pensa e nem tão pouco importa se ele está aprendendo ou se tem algum tipo de problema emocional, dificuldade no aprendizado ou se tem qualquer outro tipo de problemas, com certeza o aluno será um adulto mal humorado, desmotivado, e não se importará com nada, ou seja, para ele tanto faz como tanto fez.

O importante é que o professor esteja realmente preparado para receber qualquer tipo de aluno e com qualquer tipo de problema, ou seja, tem que ser um professor que se preocupa com seu aluno e o vê como um ser humano que precisa ser orientado para uma aprendizagem significativa e como cidadão reflexivo e atuante na sociedade.

Os jovens¹⁰⁰

Um dos desafios da educação está no prolongamento da escolaridade dos jovens brasileiros e o acesso ao ensino superior. Sobre esses aspectos temos as questões sociais e políticas do país que buscam uma melhoria na qualificação do cidadão e as propostas de expansão universitária. Socialmente podemos ver benefícios como o rompimento de uma tradição de curta escolaridade nas famílias de baixa renda e ainda a possibilidade de ascensão social. Mas será que os jovens estão inseridos nessa discussão? Estão os jovens realmente interessados em chegar à universidade?

As condições socioeconômicas dos estudantes, especialmente, a renda domiciliar, estão, segundo pesquisa do Ipea, entre os principais fatores que influenciam o acesso e a permanência no ensino superior. De acordo com o estudo, entre os jovens de 18 a 24 anos com renda superior a dois salários mínimos (SMs), o acesso à educação superior é equivalente ao da maioria de países integrantes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

“Caso a distribuição da população por faixas de renda fosse mais equilibrada, é provável que a taxa de frequência líquida na educação superior atingisse patamar mais elevado. No entanto, não é o que ocorre na sociedade brasileira, em que 85% dos jovens de 18 a 24 anos tinham renda domiciliar per capita de até dois SMs”.

O Texto para Discussão nº 1950 analisou a evolução do acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos. O recorte foi escolhido por esse ser considerado o período ideal para ingresso no ensino superior.

99 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

100 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/blog/?p=2287>

Inicialmente, se questiona essa ideia, tendo em vista que, em 2010, 52% da população com idade entre 18 e 24 anos sequer haviam concluído o ensino médio. Nesse sentido, o estudo constata que, em 2012, o número de ingressantes no ensino superior era superior ao número de pessoas que concluíram o ensino médio.

Isso indica que boa parte dos ingressantes havia concluído a educação básica antes de 2011 - uma tendência identificada nos últimos anos, de pessoas com mais de 24 anos retomarem os estudos e, em particular, os cursos superiores. De acordo com dados do IBGE, a participação de pessoas com 25 anos ou mais entre aqueles que frequentavam educação superior aumentou cerca de 10 pontos percentuais (p.p.) no período 2000-2010, passando de 42% para 52% do total.

Outro dado relevante analisado foi o aumento na proporção de jovens (18 a 24 anos) que declaram ter tido acesso ao ensino superior. Em 2000, esse contingente era de apenas 9,1%, atingindo 18,71% em 2010. A taxa de frequência líquida nesta faixa etária, índice que abrange apenas os que permaneceram regularmente matriculados, ampliou-se mais timidamente, de 7,4% para 14% no mesmo período.

Assim, “se, por um lado, o primeiro indicador contempla de forma mais abrangente o acesso à educação superior, por outro, mostra que parcela significativa dos jovens chega a ingressar neste nível de ensino, mas, por razões diversas, não consegue lograr sua conclusão”.

O texto em discussão vê a melhoria da educação básica como condição imprescindível para assegurar aos jovens o ingresso ao ensino superior e sua permanência nele, de forma a atingir a meta de taxa de frequência líquida de 33% que integra o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação.

Adultos no ensino¹⁰¹

Conhecendo o Aluno Adulto

Segundo Muchielli¹⁰² “Adultos são homens e mulheres com mais de 23 anos que ingressaram na vida profissional, assumindo papéis sociais e responsabilidades familiares contando com uma experiência direta do existir”. O aluno adulto é um ser humano numa condição especial, é alguém que já passou pela infância e adolescência, tem um vivência de vida que possibilitou um crescimento através de erros e acertos, conforme Bellan¹⁰³ “ele tem plena consciência de suas ações e pode tomar decisões responsáveis em sua vida”, mas vem para sala de aula cansado, após um dia de muito trabalho, não raro, casado e com filhos, com muitas responsabilidades, e experiências de vida, essas precisam ser levadas em conta em seu processo de aprendizagem, assim muito que ele passou quando compartilhado em sala de aula, dentro do conteúdo, no contexto correto, sendo aplicado e facilitado pelo seu professor, contribuirá não só para seu aprendizado, mas também para o de seus colegas, que por sua vez devem contribuir da mesma maneira.

O Aluno Adulto têm opinião própria, gostos e comportamento muito diferente de uma criança, daí a necessidade de técnicas de ensino diferentes e mais apropriadas a seu contexto e realidade,

101 CHAGAS, E. P.; FERREIRA, F. L. *Como despertar o interesse do aluno adulto nos estudos*. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET - Junho de 2013

102 MUCC HIELLI ROGER. *A Formação de Adultos*. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1981.

103 BELLAN ZEZINA SOARES. *Andragogia em ação: como ensinar adultos sem se tornar maçante*. Santa Barbara d'Oeste, SP: SOCEP Editora, 2005.

de baixa renda. Os educandos do professor Paulo Freire eram adultos, trabalhadores, que muitas vezes nem mesmo o seu próprio nome sabiam escrever.

Contemporaneamente, esta realidade se transforma a cada dia, a cada tempo. O adulto que chega à EJA, já não é somente o analfabeto e, além disso, o processo de rejuvenescimento da EJA tem sido fortemente discutido, uma vez que, a realidade comprova que, nesta modalidade de ensino, se fazem presentes jovens e adultos, com diferentes histórias de vidas e motivos que os levaram a saírem da escola. O que há em comum entre estes jovens e adultos, o elo que os liga e facilita assim, o compartilhar das experiências em um espaço educativo, é justamente o fato de que por um motivo ou outro, todos foram excluídos da escola e todos em sua grande maioria, são trabalhadores.

O fenômeno da diversidade se inicia quando a dona de casa vem para EJA, aprender a decifrar o sal do açúcar e ao mesmo tempo vem o jovem que quer um emprego melhor ou ainda o trabalhador que precisou se qualificar um pouco mais, para não perder o seu “ganha pão”. Mas a diversidade, ainda é muito mais ampla do que pensamos, principalmente quando levamos em conta a história da EJA e as vivências de cada um destes educandos.

Como foi colocado anteriormente, o próprio distanciamento etário, corrobora a diversidade da EJA. Ainda nesta mesma lógica, temos as questões de gênero, valores pessoais, culturais e outras particularidades que divergem este fenômeno educativo.

Pensando nos princípios de humanização, emancipação e identidade do sujeito, tomamos consciência da diversidade, quando percebemos também que a sociedade não é homogênea e sim heterogênea, uma vez que cada sujeito tem sua identidade, sua diferença, sua bagagem histórica, seus ideais.

As pessoas jovens e adultas são sujeitos que possuem lugares sociais, geracionais, de raça, de gênero e de orientação sexual diversos. E essas diferenças tecem marcas da diversidade.

Durante o estudo organizado para este trabalho, percebemos que estas questões não muito discutidas, portanto encontram-se abordadas de forma reduzida. No entanto compreendemos, que no cotidiano da EJA, enquanto modalidade de ensino a diversidade cultural, etária, racial e de gênero se expressam, se fazem presentes e não podem, portanto serem negadas.

Na EJA, se torna imprescindível então que sejam realizadas discussões e abordagens para refletir o modo como o educador da EJA irá normalizar o seu trabalho, a fim de dar conta dos conflitos iminentes entre organização políticas educacionais, diversidade e especificidade de cada sujeito que está retornando à escola, com um sonho.

No que se refere a questões de gênero, a relação de gênero é algo que também demarca a diversidade na EJA. Muitas vezes, em função do trabalho doméstico, a mulher acaba não conseguindo ir à escola ou ainda quando vai, suas chances de evasão são maiores do que no caso dos homens, uma vez que estas, tem todo um trabalho doméstico, além de serem trabalhadoras também da rua.

Nas palavras de Souza: [...] as desigualdades entre os dois sexos [...] não estão nas diferenças sexuais, mas nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. O papel do gênero é o conjunto de expectativas em relação aos comportamentos sociais que se esperam das pessoas. Ou [...], gênero se refere, portanto, ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado contexto.

Desta forma, EJA precisa se fundamentar em um processo de tomada de consciência, responsável também pela construção, valores morais e estéticos contribuindo para a construção da identidade de gênero deve mostrar que, embora diferentes, as pessoas são portadoras de direitos e deveres iguais, vivem em comunidade e deveriam ter no respeito ao outro a melhor noção de convivência harmoniosa.

Ainda nos fundamentamos em Pinho¹⁰⁶ : O reconhecimento da igualdade entre mulher e homem é uma ideia que deve ser garantida na prática rompendo preconceitos sexistas tanto na sociedade como na escola, mais precisamente tudo que se relaciona dentro do âmbito escolar como o material didático, a organização escolar, as avaliações, as apresentações, o currículo e o discurso docente. O mascaramento das contradições, a discriminação de gênero a representação de papéis sociais, o silêncio e omissão são armas poderosas para retardar transformações sociais.

Para tanto, a diversidade na EJA, se fundamenta principalmente, na especificidade de cada sujeito, de cada história de vida, de cada sonho que o leva a procurar uma oportunidade nesta modalidade de ensino. A diferença, a diversidade dos modos de pensar e agir, faz parte do humano e então na EJA, enquanto um espaço social, também se faz presentes esses diferentes contextos de mundo.

Diante da realidade, se torna imprescindível a compreensão de que tanto o homem quanto a mulher, tanto o negro quanto o branco, o rico e o pobre, o letrado e não letrado e as infinitas vidas que constituem o público da EJA são sujeitos de direito a igualdade e respeito. Sujeitos que precisa encontrar no seu reencontro com a educação institucionalizada, um pouco de si mesmo, de suas histórias e assim terem um espaço para além da lógica formativa, onde possam explorar o mundo, ressignificá-lo e principalmente acreditarem em si mesmo, enquanto agentes de transformação e que o ato de ousar sonhar se restituído.

QUESTÕES

1. (Prefeitura de Unai/MG - Pedagogo - COTEC) A questão refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, incluindo a redação dada pela Lei 12.796 de 2013. Nos termos do inciso I do art. 4º da LDBEN, a educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, será organizada da seguinte forma:

- (A) Educação infantil, pré-escola e ensino fundamental.
- (B) Ensino fundamental e ensino médio.
- (C) Pré escola, ensino fundamental e ensino médio.
- (D) Ensino fundamental, ensino médio e ensino profissionalizante.

2. (Prefeitura de Niterói/RJ - Agente de administração Educacional - COSEAC) O Sistema Municipal de Ensino de Niterói organiza o ensino fundamental da seguinte maneira:

- (A) I Ciclo: 3 anos / II Ciclo: 2 anos / III Ciclo: 2 anos / IV Ciclo: 2 anos.
- (B) Ciclo: 1º, 2º e 3º anos / Ano escolar: 4º ao 9º ano.
- (C) Ciclo: 1º, 2º ano / Ano escolar: 3º ao 9º ano.
- (D) Ciclo I: 2 anos / Ciclo II: 3 anos / Ano escolar: 6º ao 9º ano.
- (E) Ciclo I: 4 anos / Ciclo II: 1 ano / Ano escolar: 6º ao 9º ano.

¹⁰⁶ PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. 2006.

